

# 69 Um futuro "rosado" para o País, a previsão de João Sayad.

Um crescimento do produto interno bruto (PIB) não superior a de 6 a 7% ao ano e uma redução do crescimento industrial de cerca de 12 para 8% ao ano foram defendidos ontem em São Paulo pelo ministro do Planejamento, João Sayad, ao encerrar o Seminário de Avaliação e Perspectivas da Economia Brasileira (foto), promovido pelos antigos alunos da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Sayad chamou de rosado o futuro do Cruzado, mas admitiu que hoje o debate se centra no Plano e na reforma monetária de 28 de fevereiro. "Agora, avolumam-se os problemas do Plano", disse, para citar a taxa de crescimento muito elevada, as pressões sobre a oferta que geram desobediência ao congelamento e a necessidade do aumento da poupança bruta.

— Temos que corrigir a rota de crescimento de 12% para um nível menor. Mas a economia não é um aparelho eletrônico de controle fino. A economia capitalista tende a crescer como um organismo e não como uma máquina. Mas a taxa demanda correção, com cuidado, para manter a taxa de desemprego a níveis irrisórios — advertiu.

O ministro do Planejamento chamou o congelamento de um "mal necessário", ainda que seja uma peça indispensável ao Plano Cruzado. Citando Vinicius de Moraes, disse que "é infinito enquanto dure", mas observou que nenhuma economia de mercado pode conviver com o congelamento eterno. O governo abrirá mão do congelamento, anunciou, "quando a economia entrar numa rota de crescimento sustentado".

Sayad criticou "os profetas do Apocalipse, que prevêem o desastre da economia", defendeu a tese de que política e economia devem andar juntas e que "a vida política não termina nas eleições" e acrescentou que as correções do Plano Cruzado "sobre preços, salários, dependem de apoio político". O



de que o governo não abrirá mão, assegurou, é de manter o crescimento econômico.

Afirmou, ainda, que "a crítica à estatização da economia é mal-intencionada", que o governo é comprometido com a economia de mercado e que "só será intervencionista enquanto a reforma monetária o exigir". A pergunta sobre a queda do superávit comercial, respondeu que o equilíbrio do balanço de pagamento depende da manutenção do crescimento econômico a 6 e 7% ao ano e da "normalização no relacionamento com a Comunidade Financeira Internacional", com a renegociação da dívida.

O secretário do tesouro, Andréa Sandro Calabi, considerou razoável o déficit do PIB estimado em 4,7% para este ano — no conceito de necessidades de financiamento (NFSP) —, explicando que 4,1% se referem a investimentos e 0,6% a gastos correntes. Criticou a "marola" da discussão recente sobre o déficit, desmentiu que a receita do FND — Cz\$ 4,5 a Cz\$ 5 bilhões, que estão no banco Central — seja usada para financiar o déficit e defendeu o financiamento desse déficit sem o emprego maciço do mecanismo da dívida pública, para não produzir juros reais incompatíveis com o retorno dos investimentos privados.

O secretário da Fazenda de São Paulo, Marcos Gianetti Fonseca, afirmou que as pessoas não se preocupariam se o déficit fosse maior, desde que os gastos públicos fossem feitos, por exemplo, em educação e saúde. "O setor público gasta menos do que deveria. Mas está gastando mal" — esclareceu, numa referência ao desperdício.

Por sua vez, o professor Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, desenhóu três cenários para o futuro da reforma econômica de fevereiro.

Se o governo, segundo ele, adotar logo após as eleições um pacote de ajustes competente, haverá uma queda do crescimento da economia no próximo ano e uma inflação ainda mais alta que a registrada até agora. O segundo cenário seria mais complicado e diz respeito ao fato de o governo deixar tais medidas para o ano que vem. Neste caso, haverá recessão e uma inflação mais alta ainda, pois ficarão cada vez mais complexos os problemas hoje já existentes no Plano Cruzado. Por fim, o terceiro cenário foi imaginado por Pastore no caso de o governo deixar tudo como está, e a inflação, segundo ele, vai explodir.

Pastore, contudo, acredita na hipótese mais otimista, ou seja, que o pacote vem logo após as eleições. E ele sugere, além de um descongelamento de preços bem administrado — envolvendo os setores privado e público — a reindexação do Imposto de Renda. Isto porque já se prevê que os ativos e passivos das empresas, por não poderem ser corrigidos pelo IPC, como prega o Cruzado, farão com que elas se vejam obrigadas a pagar imposto não só sobre os lucros mas também sobre o capital. Ou seja, um imposto fictício. O mesmo ocorrerá com as pessoas físicas, já que o imposto retido na fonte não será corrigido. Para Pastore, uma economia só pode viver sem a correção monetária se a sua inflação não ultrapassar 10%.